

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS Uni-ANHANGUERA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO NAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS DE REVENDA DE INSUMOS
AGROPECUÁRIOS**

LARA DE ALMEIDA CUNHA
LISIANE LAIRA RODRIGUES ALVES

GOIÂNIA
Dezembro/2019

LARA DE ALMEIDA CUNHA
LISIANE LAIRA RODRIGUES ALVES

**ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO NAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS DE REVENDA DE INSUMOS
AGROPECUÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário de Goiás – Uni-
ANHANGUERA, sob orientação da Professora
Mestra Adriely Camparoto Brito, como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharelado em Ciências Contábeis.

GOIÂNIA
Dezembro/2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

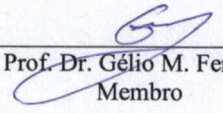
LARA DE ALMEIDA CUNHA
LISIANE LAIRA RODRIGUES ALVES

ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE REVENDA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

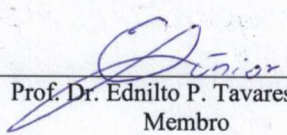
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, defendido e aprovado em 10 de Dezembro de 2019 pela banca examinadora constituída por:



Prof.ª Ma. Adriely Camparoto Brito
Orientadora



Prof. Dr. Gélcio M. Ferreira
Membro



Prof. Dr. Ednilto P. Tavares Júnior
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos professores e amigos,
pela compreensão e apoio durante todo o curso.

A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas.

John Maynard Keynes.

RESUMO

As micro e pequenas empresas foram consideradas uma das maiores geradoras de renda do país. Já o comportamento das micro e pequenas empresa agropecuárias vêm se destacando atualmente por serem responsáveis em suprir as necessidades socioeconômicos do país. Uma boa administração do capital de giro dentro dessas micro e pequenas empresas, são fundamentais para manter a saúde financeira da entidade. O objetivo desse estudo consistiu em identificar as principais modalidades utilizadas para captação de recursos destinados ao capital de giro, e a sua administração em micro e pequenas empresas que atuam na revenda de insumos agropecuários. Essa pesquisa se classifica em descritiva com abordagem quantitativa, sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento. A coleta de dados foi realizada com a aplicação de questionário destinado aos responsáveis pela gestão financeira das empresas. Foi obtido um retorno de 14 casos válidos os quais foram tratados com o uso da estatística descritiva e correlação de *Spearman*. Os resultados inferem que as principais modalidades utilizadas pelas MPEs agropecuárias e a utilização de capital próprio sem recorrer a empréstimos ou financiamento, ou antecipação de vendas realizadas com o cartão de crédito. Os resultados indicam que as empresas participantes da amostra buscam uma administração moderada dos recursos dessas empresas, e a importância do planejamento financeiro, para que se mantenham no mercado. A maior limitação encontrada nessa pesquisa está relacionada as baixas quantidades de respostas, portanto, os resultados deste estudo só devem ser tratados como indicativos das empresas respondentes.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e Pequenas Empresas. Capital de giro. Agropecuária. Levantamento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCL	Capital circulante líquido
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
MPE	Micro e pequenas empresas
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Variação de volume, preços e faturamento – 2019/2018	10
Figura 2. Escala utilizada para mensurar as respostas do Bloco I.	22

LISTA DE TABELAS

Tempo de atuação das MPEs	24
Regime de tributação e faturamento das MPEs	25
Gênero e idade dos respondentes	25
Escolaridade e área de formação dos respondentes	26
Função e tempo atual da função dos respondentes na empresa	26
Responsável pelas tomadas de decisões financeiras	27
Instrumento utilizado para registro no movimento financeiro	28
Movimentos lançados e controlados	29
Recebimentos e pagamentos de juros por atrasos	30
Aplicações de recursos	30
Fonte de capital de giro	31
Informações utilizadas para tomada de decisão	32
Estratégias para administração do capital de giro	33
Problemas apresentados no decorrer da gestão financeira	34
Correlação de <i>Spearman</i>	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Capital de giro	13
2.2	Administração do capital de giro	15
2.3	Principais linhas de crédito para capital de giro	17
2.4	Capital de Giro nas Micro e Pequenas Empresas (MPes)	19
3	METODOLOGIA	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1	Caracterização das empresas e dos respondentes	24
4.2	Administração do Capital de Giro	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERENCIAS	39
	APÊNDICE A	41

1 INTRODUÇÃO

Na economia brasileira, pode-se destacar o ramo do agronegócio, que por sua vez, é responsável por contribuir de maneira significativa para o suprimento das necessidades socioeconômicas do país, e demandas que se relacionam com o consumo geral da população urbana, oriundo das atividades agropecuárias. O desempenho das empresas que atuam nesse segmento, propicia uma cadeia produtiva que complementa o desenvolvimento do setor. Segundo Almeida e Macedo (2010), existem duas vertentes que identificam uma melhor análise do mercado agropecuário: pelo ponto de vista mercadológico ou pelo uso de insumos. Ou seja, a empresa deve ser capaz de analisar como seu produto está inserido no mercado, e de qual forma seus clientes estão utilizando os insumos.

O relatório mensal do PIB do agronegócio brasileiro, divulgado pela parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), apresenta dados atualizados até maio de 2019 abrangendo faturamento, preços e quantidades do setor, conforme observa-se na Figura 1. De acordo com isto, os insumos agrícolas apresentam índices positivos pelas indústrias de fertilizantes, com alta de 18,04% nos preços e 20,17% no faturamento, entretanto, a quantidade negociada aumentou apenas 1,80% evidenciando que a variação nos preços impulsionou o faturamento. Já na indústria de defensivos, nota-se significativo crescimento na quantidade negociada possibilitando o aumento no faturamento. E para os insumos pecuários, os maiores preços e quantidades que destacam são rações com índices positivo no período.

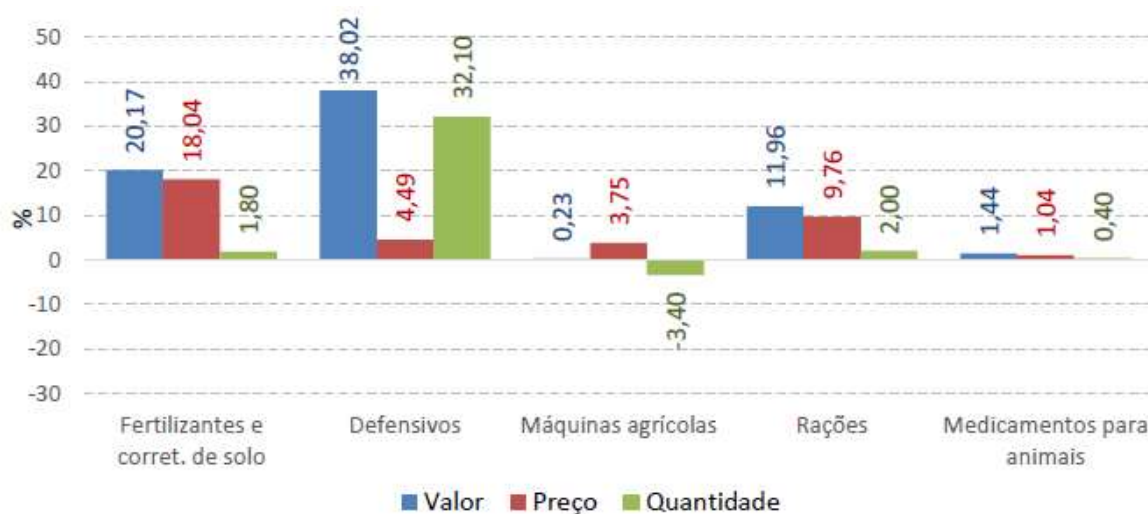


Figura 1. Insumos: variação (%) anual de volume, preços e faturamento – 2019/2018.
Fonte: CEPEA/USP e CNA (2019).

Outro destaque na economia brasileira são as micro e pequenas empresas (MPEs). Para o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcelo Côrtes Neri (2012), a grande quantidade de MPEs no Brasil, representa uma variante na diversificação econômica comparado ao crescimento da economia capitalista. Essas empresas são responsáveis pela capacidade em reduzir os índices de desempregos, propiciam diversificação na produção de bens e serviços, e contribuem para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, são vulneráveis ao se tratar de investimentos com recursos próprios, e consideradas um risco no cenário empresarial (SANTOS, et al. 2012, p. 08).

Uma constante na realidade das MPEs, é a busca por linhas de créditos suficientes para quitar suas obrigações, pois os prazos de recebimento de seus clientes são mais longos. Assaf Neto (2012, p.16) explica sobre a administração do capital de giro expondo que, “ao prever que as necessidades temporárias de capital de giro devam ser financiadas por fontes de curto prazo à medida que forem surgindo, a abordagem evita, ainda, recursos correntes em excesso em períodos de menores demandas por ativos correntes”.

No contexto de micro e pequenas empresas, é essencial que tenham consigo o controle da gestão do capital de giro. Para Assaf Neto (2012), é importante garantir a saúde financeira da empresa, de modo que seja propícia sua liquidez e, que seus ativos possam ser convertidos em caixa, contribuindo para o cumprimento das suas metas e ciclos operacionais, se tornando relevante para a sobrevivência e desenvolvimento das MPEs.

A busca por resultados da administração do capital de giro de uma empresa, pode estar centralizada na eficiência de utilização dos recursos disponíveis, sendo que o objetivo principal está contido em alavancar seus retornos e reduzir os custos. Nesse sentido, os conceitos econômicos e financeiros são utilizados para potencializar resultados, e posteriormente convertê-los em valores em um período de tempo, seja mediante lucro ou aumento do patrimônio (FONSECA, 2009).

Devido a relevância que possuem para a economia nacional, as MPEs necessitam de uma boa gestão dos recursos financeiros, de modo a garantir sua continuidade. Tendem a buscar de forma sistemática por resultados no que tange à administração do capital de giro favorável ao seu ciclo operacional que se inicia na aquisição da matéria prima, e se encerra com os recebimentos proveniente das vendas.

Diante do exposto esta pesquisa busca responder a seguinte problemática: Quais as estratégias utilizadas nas micro e pequenas empresas de revenda de insumos agropecuários? Para tanto, o objetivo dessa pesquisa consiste em identificar as principais modalidades

utilizadas para captação de recursos destinados ao capital de giro, e opções para sua administração em micro e pequenas empresas de revenda de insumos agropecuários.

Justifica-se a realização dessa pesquisa pela busca de compreensão em torno de um dos motivos que levam as MPEs à falência. Observa-se que, diversas micro e pequenas empresas necessitam do capital de terceiros para se manter estabilizadas em seu negócio, bem como a relevância do segmento do agronegócio em relação ao progresso social e econômico do país. Destacando também, o desenvolvimento de inovações tecnológicas na esfera do agronegócio, que torna uma MPE mais suscetível a prosperar (JORDÃO, 2012).

O estudo do capital de giro nas MPEs, é fundamental para compreender as características de sua administração financeira, e com a sintetização e divulgação dessas informações pode-se evidenciar um *feedback* que as auxilie na prevenção de imprevistos indesejáveis que poderá ocasionar um estado de insolvência. Os resultados desta pesquisa permitirão agregar conhecimento aos micro e pequenos empreendedores, abordando aspectos sobre administração do capital de giro. As contribuições se estendem também aos profissionais contábeis que atendem as MPEs, por meio do compartilhamento de conhecimentos e características encontradas no levantamento realizado e que poderão contribuir para o desenvolvimento das MPEs. Além disso, os resultados obtidos contribuem para o desenvolvimento da teoria contábil, fornecendo mais evidências quanto a realidade e a necessidade das MPEs.

As informações apresentadas nessa pesquisa abordam a importância e contribuição das MPEs para a agropecuária, e para os demais públicos distintos. Foi possível compreender um pouco sobre a situação financeira dessas empresas no cenário atual e, destaca-se aqui que planejamento econômico, financeiro, operacional e tributário, cooperam entre si para que sejam capazes de promover a continuidade na manutenção e produção nacional das MPEs que atuam na agropecuária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordados os assuntos necessários para fundamentar a pesquisa realizada, tais como o capital de giro, a administração do capital de giro, ciclo operacional e as principais linhas de crédito para se obter capital de giro de forma adequada e segura, e um contexto desses assuntos em micro e pequenas empresas que compõem a população alvo do estudo.

2.1 Capital de giro

O capital de giro é considerado um eixo na administração de qualquer empresa, é fundamental na tomada de decisões, visto que está relacionado com todas as áreas das empresas, ou seja, ele financia a todas atividades de uma empresa, permitindo a continuidade na compra de bens que logo mais serão revendidos para obtenção de renda de forma direta (BARTZ, 2011). Segundo Hoji (2001, p.109), “O capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional”. Bartz (2011) complementa que, o capital de giro se refere a todos os recursos em curto prazo efetuados pela empresa que serão utilizados para suprir sua necessidade financeira. São recursos de diversas áreas tais como estoque, caixas, contas a receber, entre outras.

Para que a administração financeira identifique o volume necessário de capital de giro para a realização das atividades da empresa em curto prazo, pode-se utilizar a ênfase em que a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante resulta no Capital Circulante Líquido (CCL), ou seja, capital de giro disponível. Isso permite identificar se a empresa possui uma redução financeira dentro do ciclo operacional que poderá ser utilizada para refinaranciar seu processo produtivo. (ASSAF NETO; SILVA, 2002).

Segundo Gitman (2004), no capital de giro líquido é estabelecido que, quando o ativo circulante sobrepõe o passivo circulante, a empresa obtém capital de giro positivo, e quando ocorre o oposto, o capital de giro se torna negativo. Ou seja, há mais obrigações a pagar do que direitos a receber. Assaf Neto; Silva (1997) explicam que caso o CCL seja positivo, significa que a empresa conseguirá girar suas atividades e honrar seus compromissos com apenas seu dinheiro próprio em curto prazo, ou seja, seu capital de giro. O contrário acontece quando o CCL for negativo, pois a empresa terá dificuldades em honrar seus compromissos de curto

prazo, necessitando recorrer à recursos de terceiros, tais como linhas de créditos oferecidas pelos bancos e outras fontes.

Assaf Neto; Lima (2017) explanam que, o capital circulante líquido (CCL) representa o valor líquido dos investimentos (deduzidos das dívidas de curto prazo), no ativo circulante da empresa. Exemplificando, em um total de R\$200.000,00 investidos no ativo circulante, R\$180.000,00 é resultante de créditos a curto prazo (passivo circulante) e os R\$20.000,00 restantes (que representam o CCL) são oriundos dos recursos exigível a longo prazo e patrimônio líquido, que estão financiando o giro da empresa.

Nesse contexto é relevante destacar que liquidez é a capacidade de uma empresa pagar suas dívidas no curto prazo, o que incorpora suas obrigações. Para compreender como a situação de liquidez das empresas, existem indicadores muito utilizados pelos profissionais das áreas de crédito e vendas, principalmente nas decisões de vendas a prazo e empréstimos (AUGUSTINI, 1999). Serão abordados alguns desses índices a seguir.

O índice de liquidez corrente calcula a capacidade que a empresa tem de cumprir com suas obrigações em curto prazo. É a relação entre os ativos circulantes e passivos circulantes, demonstrando o quanto que a empresa possui em seu ativo circulante, ou seja, bens e direitos de curto prazo, para que possam ser convertidos em reais para suprir as dívidas e obrigações de curto prazo (BARTZ, 2011).

O índice de liquidez imediata, visa identificar a capacidade que a empresa tem em cumprir seus compromissos utilizando seu saldo disponível de imediato, quanto maior for o índice corresponde a capacidade que a empresa tem de liquidar suas obrigações com o seu recurso disponível, para se chegar a esse resultado de forma clássica, pode se utilizar a razão entre seu disponível com passivo circulante, resultando na sua liquidez imediata (ASSAF NETO; SILVA, 1997).

Outro índice é o de liquidez seca, que é similar ao de liquidez corrente, diferenciando-se na desconsideração do valor correspondente ao estoque no seu cálculo, assim, considera-se a totalidade de bens e direitos de curto prazo, exceto o estoque. Para Assaf Neto; Silva (2012, p.22) a “liquidez seca mede o percentual das dívidas de curto prazo em condições de serem liquidadas mediante o uso de ativos monetários de maior liquidez (basicamente, disponível e valores a receber)”. Nesse índice é considerado a dificuldade em se transformar o estoque em dinheiro rapidamente, pois normalmente certo tempo é necessário para que as empresas consigam vender todo o estoque. O resultado deste índice será menor em relação ao de liquidez corrente, devido ser mais rígido em relação ao seu estoque para ter suas obrigações liquidadas (ASSAF NETO; SILVA, 2012).

O comportamento do capital de giro é extremamente movimentado devido aos fluxos de atividades das empresas, isso exige uma eficiência rápida das análises da situação financeira da empresa, visto que a mesma necessita recuperar todos os custos e despesas, e obter o lucro desejado. Pelas análises de elementos patrimoniais que a administração do capital de giro proporciona, é possível identificar os prazos operacionais, o volume de recursos permanentes, e as necessidades de investimento operacional (HOJI, 2004).

Ao abordar capital de giro é fundamental compreender os aspectos teóricos de como realizar a sua administração.

2.2 Administração do capital de giro

Administração do capital de giro trata-se do equilíbrio e a estabilidade financeira de uma organização. “Administração do capital de giro diz respeito à administração das contas dos ativos e passivos circulantes, e as inter-relações que há entre eles.” (ASSAF NETO; SILVA; 2002, p.15). Um dos objetivos da administração do capital de giro é manter a estabilidade financeira de uma empresa, para que possa proporcionar continuidade na realização de suas atividades, sem que a impeça de cumprir com seus compromissos, com isso, garantindo seu crescimento.

Assaf Neto; Silva (2002, p. 13), ressaltam a importância do capital de giro nas empresas ao dizer que há importância relevante no desempenho operacional das empresas, cobrindo geralmente mais da metade de seus ativos totais investidos. Os autores complementam que “uma administração inadequada do capital de giro resulta, normalmente, em sérios problemas financeiros, contribuindo para a formação de uma situação de insolvência”.

Ao abordar a administração do capital de giro, é fundamental compreender a respeito de ciclo operacional. O ciclo operacional está envolvido nas atividades operacionais decorrentes do objetivo social da empresa, que envolve os aspectos econômicos e financeiros, necessários para eficiência da gestão. Em resumo, se trata dos prazos de estocagem somados ao prazo de recebimento (HOJI, 2011). Gitman (2004, p. 510), explica que “quanto mais previsíveis forem suas entradas de caixa, menos capital de giro líquido precisa ter”. Todavia, é comum as entidades não possuir autocontrole das entradas e saídas do caixa, isso resulta nos ativos circulantes maiores à exigência do passivo circulante. Dessa forma, se o ativo circulante for superior em relação ao passivo circulante, mais chances a empresa terá em honrar com suas obrigações na data em que vencem.

Assaf Neto; Silva (2012, p. 08) destacam que, “uma boa administração do capital de giro envolve imprimir alta rotação (giro) ao circulante, tornando mais dinâmico seu fluxo de operações”. Assim, o ciclo financeiro mede as movimentações de caixa, ou seja, representa o intervalo de tempo que as empresas necessitam de financiamentos para dar continuidade em suas atividades. Para que essas empresas possam manter seu equilíbrio financeiro, dentre as opções, está o financiamento de seus recursos sazonais com suas dívidas de curto prazo, para que possa usar seus recursos de longo prazo, e financiar suas necessidades financeiras. Quanto maior for o ciclo financeiro, maior a necessidade de adquirir financiamentos para acrescentar o giro de seus negócios.

Quando o ciclo se torna superavitário, indica que os períodos médios de estoque e contas a receber são menores, que os períodos médios de vencimento dos fornecedores. De acordo com Silva (2010), isso demonstra que o recebimento das duplicatas é registrado com antecedência, e o pagamento da matéria prima ou da mercadoria para revenda ocorre com antecedência, contribuindo para sua rentabilidade e liquidez imediata, conforme tratado anteriormente.

Conforme Silva (2010), quando o ciclo se torna deficitário, representa que o recebimento das duplicatas só ocorre após o pagamento do fornecedor. Dessa forma, surge a deficiência de recursos para solver as obrigações, de modo que, se torne necessário a utilização de recursos de terceiros para conciliação do caixa da empresa. Hoji (2017, p. 09) complementa sobre a duração dos ciclos econômicos e financeiros, esclarecendo seu início e fim para que se possa entender os prazos:

O ciclo econômico inicia-se com a compra de matéria-prima e encerra-se com a venda do produto fabricado. Caso ocorram desembolsos ou gastos antes da compra da matéria-prima, é nesse momento que se inicia o ciclo econômico. Da mesma forma, caso a empresa incorra em custos e despesas relacionados com as operações após o recebimento da venda, o ciclo econômico se encerra após a ocorrência desses eventos. O ciclo financeiro tem início com o primeiro desembolso e termina, geralmente, com o recebimento da venda. Caso haja pagamento de custos ou despesas após o recebimento da venda, é nesse momento que se encerra o ciclo financeiro. Se ocorrem gastos ou pagamentos de outros custos e despesas (ou adiantamento para compras) antes da compra de matéria-prima, é num desses momentos que se inicia o ciclo operacional (HOJI, 2017, p. 009).

Em face ao exposto, entende-se que ao assumir uma obrigação na compra de mercadorias com o prazo para pagamento de 60 dias, por exemplo, e efetuar uma venda com prazo de 30 dias na mesma data, a empresa terá retorno financeiro mais rápido e com isso um fluxo de caixa capaz de suprir as demais obrigações em seu passivo, pois estará recebendo recursos referente à comercialização dos produtos adquiridos e que ainda serão pagos. Essa

diferença nos prazos representa a folga financeira que a empresa possui para vender, receber e honrar suas obrigações.

Já o oposto acontece, quando os prazos se invertem, paga-se pelas mercadorias antes de receber as vendas. Por isso, é importante considerar o equilíbrio entre os prazos de pagamentos e recebimentos, pois pressupõe que a tomada de decisões está na capacidade em alavancar os resultados, e evitar o risco financeiro. Quando ocorre ausência de capital próprio para suprir as obrigações, as empresas necessitam recorrer as modalidades de crédito de terceiros, as quais serão abordadas na sequência.

2.3 Principais linhas de crédito para capital de giro

A definição de crédito está associada à empréstimos e financiamentos, representada pela entrega de um valor presente por meio da promessa de um pagamento futuro, normalmente oferecido por bancos comerciais mediante uma prestação de serviço tendo como uma retribuição de taxas e juros. O pagamento destes juros poderá ocorrer de forma imediata, por intervalos de tempo, ou até mesmo no fim de seu período do contrato juntamente com o valor principal emprestado (SILVA, 1998).

O crédito pode ter finalidade de curto prazo ou longo prazo. Normalmente a destinação dos créditos de curto prazo é voltada para compras de bens necessários para a atividade operacional, que dará cobertura de caixas e até mesmo o próprio capital de giro. Já o crédito em longo prazo normalmente é utilizado para investimentos em imobilizado, despesas extras, desenvolvimentos de produtos, investimentos, entre outras (SILVA, 1998).

A obtenção de um crédito pode ser a solução para uma empresa que está passando por dificuldades do seu ciclo financeiro ou pode ser também o motivo de seu endividamento, por isso é fundamental que seja feita uma análise se realmente a empresa necessita desse crédito, pois o endividamento pode ser componente de um processo inflacionário, prejudicando o alcance dos objetivos organizacionais (SILVA, 1998).

As instituições financeiras fazem a análise de crédito conforme as condições da empresa solicitante e, decidem quais as linhas de crédito podem oferecer. A seguir serão expostas as principais modalidades de crédito que proporcionam a obtenção de capital de giro.

Uma opção é o hot money, definido por Augustini (1999), como uma operação de curto prazo variando geralmente entre 1 a 10 dias, por meio de um contrato de empréstimo que as empresas tomam para suprir necessidades imediatas de recursos. Tendo como características: contrato garantido por meio de notas promissória; custo básico à taxa de juros CDI (Certificado

de Depósito Interbancário) e formas de pagamento através de juros antecipados e principal no final.

Outra opção são os descontos de duplicatas, que constituem uma forma tradicional para se captar empréstimos para o capital de giro, Securato (2002, p. 25), define como sendo “operação em que uma instituição financeira adianta recursos ao cliente, referentes a valores de duplicatas geradas de vendas mercantis, recebendo como garantia tais duplicatas”. Contém a dedução dos respectivos encargos financeiros representados pelos juros e tarifas existentes na operação. Sua forma de pagamento será na data de liquidação dessas duplicatas, os valores já recebidos serão descontados automaticamente ao valor do empréstimo. Se acontecer de o sacado não efetuar o pagamento, o cedente será então responsável pela sua liquidação, conhecido como direito de regresso (AUGUSTINI, 1999).

O vendedor é uma alternativa para financiamentos de vendas a prazo, tendo como característica a cessão de crédito, com isso autorizando que uma empresa venda seus produtos a prazo e recebendo a vista. A empresa vendedora contrata o crédito, mais quem irá pagar o crédito é a empresa compradora. O banco por meio de taxas compra o crédito da empresa que irá vender, pagando a vista e financia com a empresa que irá comprar, como garantia dessa operação terá aplicação de IOF nas operações de vendedor. Tendo como vantagens que o vendedor não financia diretamente com a empresa compradora, ao receber a vista a empresta terá melhorias em suas vendas com isso reforçando o seu caixa, e reforçará sua relação aos clientes. (AUGUSTINI, 1999).

O cheque especial é disponibilizado em conta corrente, é um crédito rotativo podendo ser utilizado sempre que imprevistos de curto prazo ocorrerem, entretanto, as instituições financeiras estipulam um valor a ser disponibilizados levando em conta a renda líquida mensal, não necessitando de uma comunicação imediata com o banco. Ou seja, ele é usado por poucos dias, em caso de necessidade. Os valores conforme são depositados na conta corrente, amortizam automaticamente eventuais saldos devedores (BANCO DO BRASIL, 2019).

As contas garantidas são uma espécie de cheque especial. É uma conta de empréstimo separada da conta corrente, porém está vinculada com o saldo da mesma, e ao ficar negativo, a conta garantida irá suprir de forma automática, e os saques são tributados pelo IOF incidente sobre os prazos e valores utilizados (AUGUSTINI, 1999).

O empréstimo de capital de giro é uma linha de crédito para operações de curto prazo destinadas às pessoas jurídicas, realizadas através dos bancos a fim de compensar suas necessidades com despesas, desde pagamentos aos fornecedores e funcionários, podendo incluir pagamento de imposto em um pequeno intervalo de tempo, como garantia o banco

estabelece um contrato especial, com formas de pagamentos, taxas e encargos, valores e garantias (SILVA, 1998).

A custódia de cheques é utilizada para guardar os cheques pré-datados recebidos, assim evitando perda ou roubo do mesmo, e podendo ter um controle financeiro melhor das vendas. Os cheques podem ser depositados em custódias, com prazo de 3 dias úteis até 540 dias corridos. Destinados a pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ) que possui conta corrente juntamente ao banco, que utilizam o recebimento de cheques pré-datados. O valor dos cheques é automaticamente depositado na conta do cliente conforme a data solicitada, sua tarifa é cobrada na inclusão e exclusão do “bom para” e emissão de extratos, conforme tabelas de tarifas para pessoa jurídica e pessoa física (BANCO DO BRASIL, 2019).

Antecipação de cartão de crédito é uma modalidade de crédito disponível para capital de giro, consistindo na antecipação do valor líquido das vendas com cartão de crédito, recebendo suas vendas de imediato em conta corrente, com isso reforçando o fluxo de caixa da empresa, possuindo como característica antecipação dos créditos via internet, sem a necessidade de ir à agência gerando um certo conforto, e liberação automática do valor das vendas. As taxas de juros estão sujeitas e definido conforme perfil de cada empresa, juros esse que será descontado no momento da concessão do crédito na conta da empresa (BANCO DO BRASIL, 2019).

É importante ressaltar que a escolha de um banco para compartilhar as movimentações, requer cuidados, devido as taxas de juros entre a empresa vendedora e o banco, assim como as condições de liberação dos créditos e os prazos de pagamentos.

2.4 Capital de Giro nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

Conforme a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, conhecida como Lei do Simples Nacional, define como microempresas ou empresas de pequeno porte, a pessoa jurídica ou a ela assemelhado que: a) no caso das microempresas, apure, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e, b) em relação às empresas de pequeno porte, apure, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (SEBRAE, 2019; BRASIL, 2006).

Koteski (2004) destaca que as MPES são como uns dos essenciais pilares, para a sustentação da economia brasileira, se destacando como umas das maiores geradoras de ocupação e renda no país contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) anual.

Com isso é essencial que a administração destas empresas seja muito cuidadosa e atenciosa com a gestão financeira do seu capital de giro, de modo que na ausência dele (capital de giro) não venha prejudicar ou comprometer o operacional e ocasionar seu fechamento.

As micro e pequenas empresas necessitam de capital de giro de custo baixo, ou seja, com a menor incidência de juros e correções possível. A captação de recursos é primordial para equilibrar a existência de qualquer empresa. Por essas razões, captar recursos e ganhar dimensão é uma necessidade praticamente constante e contínua e nem todas MPES conseguem planejar e adotar uma boa estratégia para seu crescimento (PALERMO, 2002).

Cabe à gestão administrativa das MPEs direcionar atenção para o capital de giro, a fim de identificar a falta de recursos disponíveis para cumprir suas necessidades operacionais contínuas, e se necessário, solicitar créditos para seu capital de giro ativo, prezando sempre pela boa administração do capital de giro.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia é um conjunto de procedimentos necessários para alcançar as conclusões de uma pesquisa, que consiste em uma comparação sobre a verdade dos fatos que sofrem investigação, permitindo estudar, compreender e avaliar os vários métodos de pesquisa disponíveis, avaliando as limitações e particularidade de cada um, para melhor alcance de informações (GIL, 2007). Oliveira (2002, p. 57) complementa que a metodologia é um “conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos”.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa se classifica em descritiva, visto que se busca conhecer características e comportamentos das micros e pequenas empresas incluídas no segmento de agropecuárias, no que tange a administração do capital de giro e as modalidades de créditos utilizadas para o capital de giro, sem nenhum tipo de interferência nos mesmos. Gil (2008) ressalta que a pesquisa descritiva tem como objetivo estudar características de uma determinada população estabelecendo relação entre variáveis, podendo levantar opiniões sobre atitudes, e suas crenças. Sendo inúmeros estudos classificados como descritiva, destacando àquelas com características mais significativas na utilização da coleta de dados por meio de questionário, e observação sistêmica.

O estudo será avaliado de forma quantitativa, de modo que possa quantificar a coleta de dados sobre as MPEs utilizando estatísticas descritivas, possibilitando inferências sobre os resultados da amostra. Entende-se por pesquisa quantitativa, o uso de quantificação tanto na coleta de dados, quanto na coleta de informações sob utilização de técnicas estatísticas, para que o resultado seja livre de possíveis distorções das análises de interpretação (DIEHL, 2004).

Quanto aos procedimentos adotados para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, devido ao uso de material de fácil acesso, como livros, artigos científicos, revista científica, e rede eletrônica, na qual auxiliou para o embasamento teórico de todo o contexto. Gil (2008, p.44.) explica que “Pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Segundo Gil (2007), o presente estudo se classifica também como pesquisa de levantamento, devido as interrogações diretas destinada a um grupo de MPEs, por meio de questionário. De acordo com Gil (2008), o questionário consiste em técnica de investigação, composta por um elenco de questões correlacionadas com uma multiplicidade de variáveis, que são submetidas as pessoas com um propósito de coletar informações sobre conhecimento, valores, interesses, entre outros.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado pelos pesquisadores, possuindo questões fechadas e abertas, possibilitando a coleta de informações específicas que permitam responder ao problema de pesquisa e também coletar dados demográficos. O questionário está estruturado em três blocos. O bloco I – Administração do capital de giro contendo 9 perguntas objetivas e de seleção com o objetivo de coletar informações a respeito dos métodos utilizados pelas MPEs para administração e as fontes do seu capital de giro. Para mensurar as respostas desse bloco utilizou-se escala de intensidade de 0 a 10, em que 0 significa a não utilização da opção e, quando utilizado o respondente informaria a intensidade de ocorrência ou utilização de 1 a 10, conforme demonstrado na Figura 2.

Não ocorre Ou Não utiliza	Intensidade de utilização/ocorrência										Total de pontos
	mínima									máxima	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	10

Figura 2. Escala utilizada para mensurar as respostas do Bloco I do questionário.

Fonte: Dados da pesquisa.

O bloco II do questionário possui 5 perguntas com o objetivo de coletar características do perfil das empresas respondentes. As questões 1 e 2 são abertas para o respondente informar a localidade e o ano de constituição da empresa. As questões 3 a 5 são objetivas para caracterizar ramo de atividade, faturamento e regime de tributação. O bloco III possui 7 questões para caracterizar os gestores respondentes, tendo 4 perguntas objetivas para informar gênero, idade, escolaridade e tempo na função e, 3 abertas para informar o cargo de ocupação na empresa e os cursos de graduação e especialização, caso possuam.

Após elaborado, o questionário foi enviado para cinco micros e pequenas empresas de modo que pudessem realizar o pré-teste, ou seja, fase de testes para avaliar a consistência do instrumento. Ao receber os retornos do pré-teste, o questionário passou por ajustes, facilitando para o respondente de forma que não prejudicasse o estudo.

O questionário foi entregue pessoalmente para a maioria dos respondentes para melhor contato com os respondentes, permitindo que fosse explicado o motivo da pesquisa e a importância da contribuição dos mesmos em participar da pesquisa. Também foi utilizada a plataforma *Survey Monkey*, enviando o questionário para alguns e-mails conseguidos pelos pesquisadores durante as visitas aos estabelecimentos objeto da pesquisa. Todos os questionários (impresso ou por e-mail) foram direcionados aos gestores financeiro das Micro e Pequenas Empresas do ramo de insumos agropecuários, permitindo segurança aos dados coletados.

A população objeto desse estudo foram as micro e pequenas empresas agrícolas, que tem como atividade principal revenda de insumos agrícolas e pecuários. A escolha de analisar a gestão dessas MPEs foi para conhecimento pessoal, devido ao crescimento constante de micro e pequenas empresas agropecuárias que estão cada vez mais presentes no mercado.

A coleta de dados foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2019, obtendo um retorno de 18 empresas, entre impressos e via *Survey Monkey*. Esses questionários foram analisados para conferir se atendiam aos critérios definidos para a amostra. Constatou-se necessidade de excluir 4 respondentes. O primeiro devido ao faturamento, pois informou faturar acima de 10 milhões ao ano, não se classificando assim como micro ou pequena empresa. Os outros três questionários excluídos foram os direcionados para alguns e-mails conseguidos, entretanto, os respondentes informaram localidades diferentes de Goiânia, sendo dois de outros estados e um de outra cidade, não sendo possível utilizar estas respostas para não enviesar os resultados.

As respostas dos questionários impressos foram inseridas manualmente pelos pesquisadores na plataforma *Survey Monkey*, para que fossem sintetizados conjuntamente gerando uma tabulação única dos dados e, permitindo que fiquem salvos em um banco de dados próprio. Os dados extraídos por meio de excel, foram tratados por meio do *software* estatístico IBM SPSS versão 22.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização das empresas e dos respondentes

Neste tópico serão apresentados os dados demográficos das Micro e Pequenas Empresas de vendas de insumos agropecuários que compõem a amostra e, dos respondentes que participaram da pesquisa respondendo aos questionários, totalizando em 14 casos válidos.

Inicia-se a apresentação pelo perfil da empresa, que constava no bloco II do questionário, incluindo perguntas com o objetivo de caracterizar os participantes da pesquisa, sem identificação dos mesmos. Todas as MPEs respondentes estão estabelecidas no município de Goiânia/GO.

Tabela 1. Tempo de atuação das MPEs

Tempo de atuação	Quantidade	%
De 1 a 5 anos	6	43,0%
De 6 a 10 anos	4	28,6%
De 11 a 20 anos	2	14,2%
De 21 a 30 anos	1	7,1%
De 31 a 40 anos	1	7,1%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

No questionário indagou-se o ano de constituição da empresa e, com base na resposta, foi calculado o tempo de atuação até o ano atual (2019) demonstrado na Tabela 1, revelando que a maior concentração é de até a 5 anos, com 43%. Entre 6 e 10 anos tem-se 28,6%, totalizando assim 71,6% da amostra com menos de 10 anos de atuação, demonstrando que essas empresas ainda estão no estágio de maturidade. Entretanto, 4 empresas estão acima de 18 anos, que totaliza 28,4%, o que corrobora com os resultados da pesquisa de Santos et al. (2011) que revela que poucas MPEs atuam há mais de 20 anos. O objetivo desse quesito foi identificar o tempo que essas MPEs estão introduzidas no mercado, se estão conseguindo atuar com suas atividades por um grande período de tempo. Beuren, Barp e Filipin (2013) obtiveram resultado semelhante, do total de respondentes se destacaram com 41,28 % dessas empresas estão introduzidas a 5 anos, logo em seguida com a faixa de 6 a 10 anos com 30,28%.

Como análise complementar, buscou-se calcular a Correlação de *Spearman*, que consiste em um teste estatístico não paramétrico, utilizado para amostras abaixo de 30 elementos ou distribuições não normais. Uma correlação ocorre quando duas variáveis estão associadas, ou seja, a mudança em uma variável ocasiona mudança previsível na outra variável

e, essa mensuração é mensurada variando entre (+1) e (-1), em que quanto mais próximas de 1, positivo ou negativo, maior o indicativo de correlação e o oposto ocorre quando o resultado se aproxima de zero (DANCEY; REIDY, 2007).

Tabela 2. Regime de tributação e faturamento das MPEs

Regime de tributação	Quantidade	%	Faturamento da empresa	Quantidade	%
Simples nacional	10	71,4%	De 360 mil a 500 mil	6	42,9%
			De 500 mil a 1 Milhão	6	42,9%
Lucro presumido	4	28,6%	De 1 milhão a 2 milhões	1	7,1%
			De 3 milhões a 4,8 milhões	1	7,1%
Total	14	100%	Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 o regime de tributação das MPEs, demonstrando que 71,4% das empresas entrevistadas, são optantes pelo regime de tributação do simples nacional e, 28,6%, são tributadas pelo lucro presumido, não tendo respostas de outros regimes tributários. Quanto ao faturamento a tabela também indica que 85,8% das empresas tem um faturamento anual entre R\$360.000,00 a R\$1.000.000,00 ao ano, 7,1% com faturamento entre 1 milhão e 2 milhões ao ano e, 7,1% fatura entre 3 milhões a 4,8 milhões no ano, atendendo assim aos critérios de classificação de microempresa e empresa de pequeno porte do SEBRAE (2019) e em conformidade com a lei do Simples Nacional.

O bloco III do questionário abordou questionamentos visando identificar o perfil do gestor das MPEs, que foi o responsável pelo fornecimento das respostas que estão sendo analisadas nesta pesquisa.

Tabela 3. Gênero e idade dos respondentes

Gênero	Quantidade	%	Idade	Quantidade	%
Masculino	7	50%	Até 30 anos	1	7,1%
			31 a 40 anos	4	28,6%
Feminino	7	50%	41 a 50 anos	8	57,2%
			51 a 60 anos	1	7,1%
Total	14	100%	Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 3, os resultados demonstram que não há predominância de algum gênero na gestão dessas MPEs, devido a quantidade de respondentes serem iguais, tanto para o masculino como para o feminino, ficando com 50% cada. Santos et al. (2011) obtiveram resultados semelhantes em sua pesquisa, em que obtiveram respostas de grupo de gestores do

gênero masculino com 51,2% e do gênero feminino com 48,7%. Quanto a idade dos gestores, a Tabela 3 indica que predomina para esses gestores a faixa entre 41 a 50 anos atingindo 57,2% dos resultados, seguido de 28,6% na faixa entre 31 a 40 anos e, entre 51 a 60 anos e abaixo de 30 anos, com 7,1% cada.

Tabela 4. Escolaridade e área de formação dos respondentes

Escolaridade	Quantidade	%	Área de formação	Quantidade	%
Ensino fundamental completo	1	7,1%	Administração	3	21,5%
Ensino médio completo	4	28,6%	Economia	1	7,1%
Ensino superior incompleto	3	21,4%	Gestão de Rh	1	7,1%
Ensino superior completo	6	42,9%	Design	1	7,1%
			Não possuem graduação	8	57,2%
Total	14	100%	Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 4, sobre a escolaridade dos respondentes, apenas 7,1% possui o ensino fundamental, e 28,6% o ensino médio completo, seguido de 21,4% que possuem ensino superior incompleto, e o maior percentual está em 42,9% quando se trata de ensino superior completo. Observa-se que nenhum dos respondentes estão desprovidos de escolaridades, e que parte dos respondentes tem uma graduação, destacando os cursos de administração com 21,5% e, economia e gestão de recursos humanos com 7,1% cada, o que representa um cenário favorável para as empresas, visto que estes cursos podem contribuir para as tomadas de decisões do negócio.

Tabela 5. Função e tempo atual da função dos respondentes na empresa

Função que ocupa na empresa	Quantidade	%	Tempo de função atual na empresa	Quantidade	%
Proprietário	5	35,7%	De 2 a 3 anos	2	14,3%
Gerência	2	14,3%	De 3 a 5 anos	5	35,7%
Administrador financeiro	2	14,3%	De 5 a 10 anos	5	35,7%
Auxiliar administrativo	5	35,7%	Acima de 10 anos	2	14,3%
Total	14	100%	Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a função exercida na empresa, 35,7% dos respondentes são os proprietários e também com a mesma porcentagem são os auxiliares administrativo que trabalham no financeiro, seguidos por gerentes e administradores financeiro com 14,3% cada. Talvez o que leva o proprietário a assumir a administração do seu próprio negócio, pode ser a falta de recursos

para a contratação de um profissional com formação específica e experiência em gestão ou em gestão financeira. Sobre o tempo de função na empresa, os índices revelam que 14,3% dos respondentes estão atuando na mesma função na empresa por um período entre 2 a 3 anos. De 3 a 5 anos e entre 5 a 10 anos, com 35,7% cada, e apenas 14,3% está na empresa há mais de 10 anos com a mesma função. De modo geral, os extremos de menor e maior tempo na função representam a minoria e, a maior concentração (71,4%) estão na empresa entre 3 a 10 anos, o que pode ser um diferencial para empresa, como demonstrativo de satisfação de modo geral dos seus funcionários, já que 64,3% dos entrevistados que exercem a função de gestão financeira são colaboradores.

Tabela 6. Responsável pelas tomadas de decisões financeiras

Responsável	Quantidade	%
Pelos proprietários	13	92,9%
Pelo colaborador responsável pelo financeiro, que não possui formação específica na área	1	7,1%
Pelo colaborador responsável pelo financeiro e que possui formação específica na área	0	0%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 6, 92,9% dos respondentes afirmam que são os proprietários os responsáveis pela tomada de decisões financeiras. É notório que as micro e pequenas empresas tem características de poucos funcionários, e uma gestão menos explícita, o que é mais comum neste cenário de MPEs, sem necessitar de um gestor financeiro com especialização na área. Em apenas 7,1%, a decisões financeiras são realizadas pelo colaborador responsável pelo financeiro da empresa, todavia, esta não possui formação específica na área. Casali e Treter (2015) obtiveram o resultado que 50% das MPEs entrevistadas, não acha necessário que o responsável pela gestão possua uma qualificação na área, outros 50% se preocupa que o responsável seja apto e qualificado para tomar frente sobre as decisões financeiras, a fim de cumprir com as exigências do mercado.

4.2 Administração do Capital de Giro

O bloco III do questionário continham questionamentos com o objetivo de identificar como é realizado o registro do movimento financeiro das empresas, de modo a compreender como é feito os controles de ingressos e saídas de recursos, quais as fontes de capital de giro

utilizadas pelas empresas e as estratégias de sua gestão. Esses resultados são apresentados nesta seção. É importante destacar que nestas perguntas a escala de mensuração utilizada foi “0” para não utilização ou não ocorrência do item e, de 1 a 10 quando utilizado e na intensidade que a empresa faz o uso de cada item, por isso, a apresentação dos resultados será por meio da estatística descritiva com os valores de média, moda, mediana e desvio padrão.

Inicialmente verificou-se a confiabilidade do instrumento de coleta de dados, ou seja, saber se o mesmo oferece confiança na medida do que foi proposto. Para tanto utilizou-se o Coeficiente Alfa de Cronbach, devido sua grande utilização em pesquisas do tipo levantamento. Este coeficiente mede a consistência interna com cálculo das correlações do escore de cada item com o escore total dos demais itens. O resultado desse cálculo varia entre 0 e 1 e, as medidas serão consideradas confiáveis quando o resultado for superior à 0,7 (MARTINS, 2006). Entretanto Maroco; Marques (2006) apontam que em alguns cenários de investigação na área das ciências sociais é considerado aceitável um coeficiente de 0,6, desde que os resultados sejam analisados com precaução.

O resultado obtido no Coeficiente Alfa de Cronbach, aplicado para todos os questionamentos do bloco III, que objetivou coletar as informações relacionadas ao tema específico, excluindo-se assim perguntas de perfis, foi de 0,59, considerado satisfatório para esta pesquisa conforme referência de Maroco; Marques (2006), visto que a amostra é limitada, composta por apenas 14 casos e, os resultados obtidos não poderão ser generalizados à população, sendo úteis somente para concluir situações a respeito da própria amostra.

Tabela 7. Instrumento utilizado para registro no movimento financeiro

P1 - Instrumento	n	Média	Moda	Mediana	desvio padrão
Livro caixa (caderno, caderneta, etc.)	14	1,29	0	0	2,75
Planilhas em excel	14	6,86	10	10	4,40
<i>Softwares</i> de gestão (sistema de computador)	14	4,36	0	1,5	4,83

Fonte: Dados da pesquisa.

Iniciou-se questionando a respeito da forma de registro e a intensidade de utilizada de cada instrumento e, obteve-se que 71,4% das MPEs respondentes não utilizam o livro caixa ou outro formato em papel para registro do movimento financeiro, devido a essa baixa utilização a média desse item é de apenas 1,29, na escala de 1 a 10, permitindo inferir que é baixa a utilização desse tipo de registro.

Já as planilhas em excel apenas 21,4% informou não utilizar este instrumento, ou seja, mais de 70% dos respondentes utilizam o excel para algum tipo de registro ou controle do movimento financeiro, apresentando assim uma média de utilização de 6,86, e moda e mediana 10. É importante ressaltar que essa forma de registro é mais sofisticada em relação ao registro em papel, entretanto ainda é um tipo de registro manual, que permite realizar cálculos e comparações, mas possui limitações quanto a geração relatórios e cruzamentos de dados automáticos que um *software* de gestão empresarial possibilita.

Quanto aos *softwares* de gestão quase metade dos respondentes 42,9% assinalaram o “0”, informando a não utilização de um sistema de gestão empresarial para registrar o movimento financeiro da empresa e, dos que utilizam informaram uma intensidade considerável de utilização, entretanto a quantidade de respostas “0” faz com que média seja reduzida ficando em 4,36, com isso a posição central da distribuição (mediana) ficou em 1,5 e o valor mais frequente (moda) foi 0.

Esses dados demonstram que ainda são baixos os números de micro e pequenas empresa de revenda de insumos agropecuários que utilizam sistema de gestão integrado. Esses resultados assemelham-se aos de Santos et al. (2011) que demonstra em sua pesquisa que instrumentos mais utilizados são os manuais. Corroborar também com a pesquisa de Panucci Filho e Almeida (2011), que obtiveram o mesmo resultado, em que o método manual mais utilizado são planilhas em excel. Segundo os autores quanto menor for a empresa, maior será o uso de instrumentos manuais.

Tabela 8. Movimentos lançados e controlados

P2 – Movimentos registrados	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Venda a vista e a prazo	14	7,29	10	8,50	3,19
Compras/ fornecedores a vista e a prazo	13	8,85	10	10	1,86
Pagamentos de duplicatas	13	5,69	10	7	4,40
Despesas com funcionário	14	7,93	10	10	3,60
Extrato bancário (juros, tarifas e empréstimos).	14	8,93	10	10	2,43
Outras despesas (aluguel, energia, telefone)	14	7,93	10	10	3,60

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi perguntado às empresas conforme a Tabela 8, sobre quais as entradas e saídas de recursos financeiros que são devidamente registradas, ou seja, o movimento mensal, tendo como objetivo identificar o controle interno financeiro das MPEs, e se estão devidamente registrados. Os registros de compras (a vista e a prazo) e pagamentos de duplicatas, o total de respondentes se encontram menores que os demais, pois houve ausência de 1 resposta.

Observa-se na Tabela 8 que há um maior controle sobre as vendas a vista e a prazo com uma média de utilização de 7,29, moda, ou seja, resposta que mais se repetiu é 10 e mediana é 8,5, e apenas 7,1% que corresponde a 1 respondente, informou que não realiza esse registro. O mesmo ocorre no registro das compras/fornecedores a vista e a prazo, em que 7,1% não o faz, porém o que difere do item anterior, é que a média desse registro é de 8,85 e tanto a mediana como a moda é 10.

Quanto aos pagamentos de duplicatas 28,6% informaram que não registram, sendo sua média de utilização de 5,69, mediana 7 e moda 10. Em relação as despesas com funcionários, 21,04% dos respondentes afirmou que não registra, todavia, sua média é de 7,93 e moda mediana de 10. Sobre os extratos bancários 7,1% respondeu que não efetua o registro, ficando com sua média a 8,93, moda e mediana a 10. Por fim, as outras despesas como alugueis, energia, telefone, entre outras, somou 14,3% de respondentes que não fazem o registrado, sendo sua média a 7,93, com moda e mediana 10. O resultado mostra que as MPEs se preocupam mais em registrar suas vendas a vista e a prazo, mas não considerando menos importante registrar os outros itens.

Tabela 9. Recebimentos e pagamentos de juros por atrasos

P3 – Recebimentos ou Pagamentos de Juros	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Quando o cliente atrasa o pagamento, a empresa efetua cobrança de juros, multas ou outras correções?	14	4,64	0	5	4
Quando atrasa o pagamento dos seus fornecedores, paga com juros, multas e correções?	14	8,07	10	10	3,36

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram questionadas as MPEs quanto aos recebimentos e pagamentos, como ocorrem os recebimentos das vendas, de forma que possibilite identificar como são registrados os juros e multas realizados pelas empresas. Conforme a Tabela 9, foi possível identificar por sua média de 4,64 e mediana 5, que os entrevistados efetuam cobrança de juros quando o cliente atrasa o pagamento, porém, 35,7% das MPEs preferem não efetuar estas cobranças, podendo ser justificada pela prática de alguns comércios em realizar negociações sobre os atrasos, e em especial na agricultura devido aos casos de produtores que ainda não obtiveram safra suficiente para quitar seus débitos.

Já em casos quando atrasa o pagamento dos fornecedores, há uma média de 8,07, com moda e mediana em 10, que realizam os pagamentos de multas ou outras correções, pois são

cobrados de seus fornecedores. Apenas 7,1% informou que não recebe cobranças destes encargos quando atrasar o pagamento de seus fornecedores. Nota-se que a média de pagamento de juros é consideravelmente maior em relação à média de cobranças de correções por atraso, com isso, se o cliente atrasa o pagamento e a empresa opta por não cobrar juros, devido sua política interna, a empresa pode prejudicar seu fluxo de caixa, e em consequência a utilização de capital para suprir a necessidades de recursos.

Tabela 10. Aplicações de recursos

P4 - Movimentos	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Aplica em algum tipo de caderneta de poupança	14	0,5	0	0	1,40
Faz aplicações automáticas, sempre que possui saldo positivo na conta bancária.	14	2,14	0	0	3,27
Aplica em renda fixa.	14	2	0	0	3,98
Não possui aplicações nenhuma	14	3,14	0	0	4,53

Fonte: Dados da pesquisa.

Questionou-se as empresas a respeito de aplicações de recursos, de modo que possa identificar as operações de investimento da empresa nas situações de saldo disponível de capital de giro, entretanto, 85,7% dos respondentes informaram que sua empresa não aplica em nenhum tipo de caderneta de poupança, assim, sua média de utilização ficou em apenas 0,5. Quanto as aplicações do tipo automática (feitas automaticamente pelos bancos sempre que há saldo positivo disponível em conta) 64,3% dos respondentes não fazem e, sua média de utilização ficou em 2,14. Em relação a aplicações do tipo renda fixa 78,6% responderam que não realizam ficando com média em 2. E 64,3% dos respondentes não deixam o dinheiro guardado na conta sem rendimentos, com média de 3,14.

Segundo o noticiário do Valor Econômico (2013), ao realizar uma aplicação financeira, há geração de comodidade, quando o empreendedor sabe que pode resgatar os recursos aplicados a qualquer momento, desde que o prazo de carência não seja muito extenso, com isso, podem suprir a necessidade de liquidez e ainda ganhar com os rendimentos. Por outro lado, a maioria das MPEs respondentes atuam ramo de insumos agropecuários, evidenciaram a preferência por não fazer aplicações, talvez por não ter conhecimento de como funcionam essas operações e o resgate, ou por optarem por não correr algum tipo de risco.

Tabela 11. Fonte de capital de giro

P5 - Recursos	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
----------------------	----------	--------------	-------------	----------------	----------------------

Só utiliza capital próprio, não faz empréstimos de bancos ou terceiros.	14	5,71	10,00	7,50	4,64
Só utiliza empréstimos bancários para aquisição de bens (imóveis, máquinas, veículos, reformas, etc.).	14	1,00	0	0	2,80
Solicita liberação de créditos de capital de giro aos bancos, para complementar seu capital de giro	14	1,93	0	0	3,43
P5 – Recursos	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Utiliza a opção <i>hot money</i>	14	0	0	0	0
Utiliza descontos de duplicatas	14	0	0	0	0
Utiliza custódias de cheques	14	0	0	0	0
Utiliza a opção de vender	14	0	0	0	0
Utiliza o cheque especial	14	0,5	0	0	0,9
Utiliza o rotativo	14	0	0	0	0
Utiliza a conta garantida	14	0	0	0	0
Utiliza antecipação das vendas no cartão de crédito	14	2,14	0	1,0	2,34

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram questionadas as fontes de origem do capital de giro utilizadas pelas MPEs, e se utilizado os itens elencados, qual a frequência conforme Tabela 11. Dentre as empresas respondentes 28,6% informaram que não utilizam somente o capital próprio, recorrendo a outras fontes de capital para financiar suas atividades, ou seja, mais de 70% da amostra utiliza somente capital próprio, apresentando uma média de 5,71, a resposta mais frequente (moda) é de 10 e mediana é 7,5. Destaca-se que alguns dos respondentes comentaram no momento da coleta de dados, que “correm dessas opções” informadas na pergunta.

Quanto a utilização de empréstimos bancários para aquisição de bens, 85,7% respondeu que não utiliza essa alternativa, apresentando uma média de 1,0 e, 0 de moda e mediana. Já a solicitação de créditos da linha de capital de giro junto aos bancos, para complementar o capital de giro da empresa, apresentou média de 1,93, com moda e mediana de 0 também. A alternativa de cheque especial apresentou uma média de apenas 0,5, com moda e mediana de 0. A opção que apresentou maior média foi a de antecipação das vendas no cartão de crédito, com média de 2,14, com moda 0 e mediana 1,0. Apesar das taxas a antecipação dos valores de vendas no cartão pode gerar um melhor fluxo de caixa para a empresa e de uma forma segura, pois não há o risco de não recebimento, de modo que possa suprir uma necessidade de um imprevisto qualquer, sem precisar recorrer a empréstimos ou financiamentos.

As demais modalidades de fonte de capital de giro, como *hot money*, desconto de duplicatas, custódias de cheques, vendedor, rotativo e conta garantida não são utilizadas pelas MPEs participantes da pesquisa. Pode-se identificar conforme os resultados acima, que a

maioria das MPEs preferem utilizar capital próprio, sem precisar recorrer a algum tipo de empréstimo ou financiamento, o que pode significar que essas empresas não estão passando por dificuldades financeiras, e estão conseguindo honrar com seus compromissos no prazo estimado, ou talvez não tenham o conhecimento devido sobre as modalidades disponíveis. Por outro lado, Silva (1998) explica que o crédito bem aplicado e administrado pode fazer com que a empresa aumente o seu nível de atividade.

Tabela 12. Informações utilizadas para tomada de decisão

P6 – Tomada de decisão	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Relatórios de vendas (a vista e a prazo)	14	5,86	10	6,50	4,33
Relatórios de despesas (incluindo fornecedores, e demais despesas) a vista e a prazo	14	6,57	10	7,50	3,65
Relatório de apuração do lucro do período	14	2,64	0	0	3,93
Relatório do Fluxo de caixa atual (entradas x saídas)	14	6,79	10	10	4,28
Fluxo de caixa projetado (contas a receber x contas a pagar futuras)	14	5,29	10	6,00	4,92

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 12 apresenta-se as informações utilizadas pelos gestores para a tomada de decisão relacionada ao capital de giro da empresa. A utilização do relatório de vendas à vista e a prazo apresenta uma média de 5,86. Os relatórios de despesas possuem média de utilização de 6,57. O relatório de apuração de lucro ou resultado do período é pouco utilizado, tendo uma média de apenas 2,64. Os relatórios de fluxo de caixa atual e fluxo de caixa projetado apresentam uma utilização razoável com as médias de 6,79 e 5,29 respectivamente.

Em relação aos relatórios que subsidiam a tomada de decisão, observa-se que essas empresas dão maior atenção para o controle sobre os relatórios de vendas à vista e a prazo, aos relatórios de fluxo de caixa atual e projetado e relatórios de despesas. A decisão decorrente desse resultado pode estar alinhada aos níveis de estoques que a empresa tem, e a busca por redução de suas despesas, que pode impactar de forma significativa em seu caixa.

Tabela 13. Estratégias para administração do capital de giro

P7– Estratégias	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Planejamento financeiro	14	5,14	5	5	3,69
Planejamento orçamentário	14	3,07	0	0	4,23
Controle do fluxo de caixa presente (recebimentos x pagamentos)	14	5,36	10	5	4,27

Elaboração de fluxo de caixa projetado (projeção de contas a receber x contas a pagar)	14	5,57	10	4,50	4,25
--	----	------	----	------	------

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 13, a estratégia menos utilizada é o planejamento orçamentário, com média de 3,07, moda e mediana igual a zero. O planejamento financeiro possui média de utilização de 5,14 com moda e mediana 5. A controle de fluxo de caixa é utilizado na média de 5,36 com moda 10 e mediana 5 e, o fluxo de caixa projetado apresenta a maior média de utilização com 5,57, moda 10 e mediana 4,5.

Sobre as estratégias utilizadas para subsidiar a administração do capital de giro das MPes participantes da pesquisa, observa-se que as estratégias mais utilizadas pela gestão, são o planejamento financeiro, e os controles de fluxo de caixa presente e projetado. De acordo com os indicativos essas empresas demonstraram que utilizam uma média razoável (acima de 5 e abaixo de 6 em uma escala de 1 a 10) de controles para administrar seu capital de giro, com relatórios adequados, de modo que possam conhecer a realidade financeira e prevenir a falta de recursos para seu giro. Casali e Treter (2015) chegaram resultados semelhantes, indicando que a gestão financeira das micro e pequenas empresas utilizam ferramentas adequadas, apesar da imaturidade das mesmas por não estarem em estado de desenvolvimento.

Tabela 14. Problemas apresentados no decorrer da gestão financeira

P8 – Problemas enfrentados na gestão	n	Média	Moda	Mediana	Desvio padrão
Falta de recursos financeiros para as despesas correntes, precisando atrasar e pagar com juros	13	0,31	0	0	1,10
Dificuldade em conseguir captar recursos (empréstimos) junto as instituições financeiras	13	0,69	0	0	1,31
Falta de controle interno, devido ao não lançamento/ controle das contas a pagar e receber por parte dos colaboradores	13	2	0	0	3,98
Dificuldade com controle interno, devido a falta de informações por parte dos proprietários	13	1,38	0	0	2,75
Dificuldades por falta de um planejamento financeiro adequado	13	2,31	0	1	3,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados a respeito dos problemas pelos quais a empresa já passou no decorrer de sua gestão financeira, obteve-se um respondente que deixou os campos em branco, reduzindo essa análise a 13 MPes. Dos problemas citados na Tabela 14, os que apresentam menor ocorrência são a falta de recursos financeiros para suprimir as despesas correntes e a dificuldade de captar recursos de capital de giro junto a instituições financeiras, com média de

0,31 e 0,69 respectivamente. A dificuldade de realização de controles internos por motivos e omissão de informações por parte dos proprietários apresentou média de 1,38, enquanto a dificuldade de controle interno por não lançamento de despesas e contas a pagar por parte dos colaboradores possui média 2 e, o item que apresentou maior média foi a falta de planejamento financeiro adequado com 2,31.

É notório que as MPEs respondentes, não enfrentam os problemas citados na gestão financeira conforme os baixos resultados da Tabela 14, indicando que não possuem dificuldades em conseguir captar recursos junto a instituição financeiras quando necessário, o que demonstra um bom relacionamento dos gestores com as instituições as quais movimentam.

Apesar da maioria dessas empresas informarem que não há problemas financeiros e organizacionais, um estudo realizado pelo SEBRAE (2007) demonstra a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas, volume esse que é de grande preocupação, a pesquisa revela que um dos fatores que contribui para isso, é financeiro.

Como análise complementar, buscou-se calcular a Correlação de *Spearman*, que consiste em um teste estatístico não paramétrico, utilizado para amostras abaixo de 30 elementos ou distribuições não normais. Uma correlação ocorre quando duas variáveis estão associadas, ou seja, a mudança em uma variável ocasiona mudança previsível na outra variável e, essa mensuração é mensurada variando entre (+1) e (-1), em que quanto mais próximas de 1, positivo ou negativo, maior o indicativo de correlação e o oposto ocorre quando o resultado se aproxima de zero (DANCEY; REIDY, 2007).

Tabela 15. Correlação de *Spearman*

		P6 - Relatório de vendas	P6 - Relatório de despesas	P6 - Relatório de apuração do lucro do período	P6 - Relatório de Fluxo de caixa projetado	P7 - Planejamen to financeiro	P7 - Planejamen to orçamentár io	P7 - Controle do fluxo de caixa presente	P7 - Elaboração de fluxo de caixa projetado
P6 - Relatórios de vendas	Coefficiente de Correlação	1,000	<u>0,687**</u>	0,144	0,391	0,233	-0,260	-0,176	<u>0,608*</u>
	N	14	14	14	14	14	14	14	14
P6 - Relatórios de despesas	Coefficiente de Correlação	<u>0,687**</u>	1,000	0,222	<u>0,596*</u>	<u>0,538*</u>	0,038	-0,217	0,337
	N	14	14	14	14	14	14	14	14
P6 - Relatório de apuração do lucro do período	Coefficiente de Correlação	0,144	0,222	1,000	0,419	0,351	0,353	0,137	<u>0,565*</u>
	N	14	14	14	14	14	14	14	14

P6 - Relatório do Fluxo de caixa atual	Coefficiente de Correlação N	0,391	<u>0,596*</u>	0,419	1,000	<u>0,753**</u>	0,276	<u>-0,601*</u>	<u>0,592*</u>	<u>0,694**</u>
		14	14	14	14	14	14	14	14	14
P6 - Fluxo de caixa projetado	Coefficiente de Correlação N	0,233	<u>0,538*</u>	0,351	<u>0,753**</u>	1,000	<u>0,555*</u>	-0,479	0,323	<u>0,840**</u>
		14	14	14	14	14	14	14	14	14
P7 - Planejamento financeiro	Coefficiente de Correlação N	-0,260	0,038	0,353	0,276	<u>0,555*</u>	1,000	-0,155	-0,096	0,488
		14	14	14	14	14	14	14	14	14
P7 - Planejamento orçamentário	Coefficiente de Correlação N	-0,176	-0,217	0,137	<u>-0,601*</u>	-0,479	-0,155	1,000	-0,259	-0,309
		14	14	14	14	14	14	14	14	14
P7 - Controle do fluxo de caixa presente	Coefficiente de Correlação N	<u>0,608*</u>	0,337	0,483	<u>0,592*</u>	0,323	-0,096	-0,259	1,000	0,505
		14	14	14	14	14	14	14	14	14
P7 - Elaboração de fluxo de caixa projetado	Coefficiente de Correlação N	0,113	0,492	<u>0,565*</u>	<u>0,694**</u>	<u>0,840**</u>	0,488	0,309	0,505	1,000
		14	14	14	14	14	14	14	14	14

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 15 evidenciou-se os resultados das correlações entre as variáveis testadas que foram: a) as informações (relatórios) utilizados para subsidiar a tomada de decisões financeiras representados no questionário na “P6” e b) as estratégias utilizadas para a administração do capital de giro, representados no questionário na “P7”. A escolha dessas duas variáveis se justifica devido ao interesse de saber o quanto a utilização dos relatórios para a tomada de decisões tem relação positiva ou negativa com a utilização das estratégias para gestão do capital de giro.

Pode-se observar que todas as variáveis analisadas apresentaram alguma correlação moderada, merecendo destaque para o relatório de despesas e relatório de fluxo de caixa atual e projetado que apresentaram maiores ocorrências de correlação, indicando que quanto maior for a utilização de uma a tendência é que a utilização da outra cresça em proporções semelhantes. Quanto as estratégias de administração de capital de giro destaca o fluxo de caixa atual e projetado, sendo as variáveis que mais apresentam índices de correlação positivo com as demais variáveis.

Há uma observação relevante a se considerar em relação ao planejamento orçamentário enquanto estratégia de administração de capital de giro que apresentou correlação

moderada, entretanto negativa com a variável de relatório de fluxo de caixa atual, isso infere que quanto maior for a utilização de um a tendência é que a utilização do outro seja reduzida em proporções semelhantes.

No que tange a baixa taxa de respostas, os resultados deste estudo só devem ser tratados como indicativos das empresas respondentes, de modo que não se torne generalizado, porém é necessário a realização de outros estudos com as micro e pequenas empresas no âmbito do agronegócio, coletando novas amostras para a confirmação destes mesmos resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo avaliou a administração do capital de giro das micro e pequenas empresas de revenda de insumos do agropecuários, localizadas em Goiânia, Goiás, Brasil. A pesquisa em questão, busca em demonstrar as fontes de capital de giro utilizadas pelas MPEs, e como esse capital é administrado.

Diante dos resultados, foi constatado que os registros em livros caixa são os menos utilizados, que é comprovado pelo baixo percentual de utilização. Por outro lado, o excel foi o instrumento mais utilizado, podendo ser atrelado a tecnologia mais aplicada, já que os microempreendedores não preferem utilizar softwares para tais registros.

Em relação as modalidades de instrumentos utilizados para se captar recursos para o capital de giro, foi possível identificar que a maioria dessas empresas não utiliza as modalidades de empréstimos e financiamentos oferecidos pelas instituições financeiras, com isso, opta por utilizar recursos próprios, talvez por não ter o conhecimento adequado sobre maneiras eficazes da administração do capital de giro, ou por ser uma opção menos burocrática e rápida, o que se torna bem relevante pois a tomada de decisões está mais centralizada nas “mãos” do proprietário, que pode acarretar em um risco maior de insolvência. Sabe-se que todos os dias abre novas micro e pequenas empresas no mercado, o que o torna mais competitivo.

O estudo tem o propósito de colaborar com a sociedade, de modo que, possa proporcionar maiores informações para novos empreendedores que estão iniciando seu próprio negócio no âmbito do agronegócio, a fim de informar a importância do planejamento e da administração do capital de giro, de forma que reduza os custos e melhore os lucros, assim gerando disponibilidades para empresas dar continuidade em suas atividades com segurança, com possibilidades em realizar futuros investimentos.

A maior limitação da pesquisa foi a baixa quantidade de questionários respondidos, levando em consideração que foram excluídos 4 respondentes, sendo apenas 1 por faturamento e 3 pela localidade. Ainda assim, os resultados se caracterizam como não paramétricos e, aplicação de outros testes estatísticos ficam limitados.

Para estudos futuros recomenda-se a exploração da abrangência de empresas de maior porte, uma comparação dos métodos utilizados, sua administração, captação de recursos para o capital de giro, em confronto com a pesquisa apresentada. É importante considerar o ramo da revenda de produtos agropecuários, já que boa parte dessas empresas revende com prazos estendidos, recebimentos de vendas por meio de grãos, ou até mesmo trocas de insumos. Pode-

se levar em consideração também, os períodos de safrinha/safra, quando o faturamento dessas empresas aumenta consideravelmente, em relação aos demais meses do ano, o que ocasiona uma sazonalidade no mercado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. de.; MACEDO, M., Á. da S. Análise do desempenho contábil-financeiro no agronegócio brasileiro: aplicando DEA ao setor agroindustrial nos anos de 2006 e 2007. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 48, p. 5-21, maio/ago. 2010.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. Atlas, 2017.

AUGUSTINI, A. C. **Capital de giro** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Banco do Brasil. **Cadastro pessoa jurídica em instituição financeira e linhas de crédito**. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/pbb/paginainicial/voce/produtoseseservicos/emprestimo/emprestimo-pessoal/cheque-especial#/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BARTZ, L. S. **A gestão do capital de giro na empresa Lange Termoplásticos**. 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/653>> acesso 17 ago. 2019.

BEUREN, I. M.; BARP, A .D.; FILIPIN, R. **Barreiras e possibilidades de aplicação da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas por meio de empresas de serviços contábeis**. ConTexto, v. 13, n. 24, p. 79-92, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <<www.planalto.gov.br>, acesso em 17 ago 2019.

CARVALHO, C. J. de. **Um ensaio em gestão do capital de giro em micro e pequenas**.

CASALI, M. da S.; TRETER, J.. **A importância da utilização da gestão financeira em microempresas da cidade de Cruz Alta**. 2015.

CEPEA- Centro de estudos avançados em economia aplicada: **PIB do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acesso em 11.set.2019.

DANCEY, C. P., REIDY, J. *Statistics without maths for psychology*. Pearson Education, 2007.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. empresas. 2012. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

FONSECA, J. W. F. da. **Administração financeira e orçamentária**. IESDE BRASIL SA, 2009.

GIL, A. Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2004.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentaria**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HOJI, M.. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOTESKI, M. A. **As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro**. Revista FAE Business, v. 8, n. 1, p. 16-18, 2004.

MAROCO, J.; MARQUES, T. G. Qual a fiabilidade do alfa de cronbach? Questões antigas e soluções modernas? **Laboratório de Psicologia ISPA**, v. 4, n. 1, p. 65-90 (2006).

MARTINS, G. A. Sobre validade e confiabilidade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)**, v. 8 n. 20, p. 1-12, 2006.

OLIVEIRA, S. L. de. Tratado de Metodologia Científica: **projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

PALERMO, F. K. O. **As micro e pequenas empresas como propulsoras do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Harbra, 2002.

PANUCCI FILHO, L.; ALMEIDA, L. B. A contabilidade gerencial no crescimento das organizações: um estudo nas indústrias de confecções. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**, v. 9, n. 18, 2011. Disponível em: Acesso em: 07 de nov. 2019.

RAZZOLINI FILHO, E.. **Administração da pequena e média empresa**. IESDE BRASIL SA, 2012.

SANTOS, A. L. dos; KREIN, J. D.; CALIXTRE, André Bojikian. Micro e Pequenas Empresas – **Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012, p. 17, 2012. Disponível em:
>http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf > Acesso: 14 set.2019.

SANTOS, V. dos; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte**-ISSN 2176-9036, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa, **Diferenças entre microempresas, pequena empresa e MEI**. Disponível em:<www.sebrae.com.br>. Acesso em: 17 agosto. 2019.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil -2007**. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae?ident_> Acesso em: 08 nov. 2019.

SECURATO, J. R. **Credito análise e avaliação de risco**. São Paulo: 2010.

SILVA, A. A. da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, J. P. da. **Análise e decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1998.

VALOR ECONÔMICO. **Na renda fixa, liquidez é fundamental**. Disponível em:
<<https://www.valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro/3034600/na-renda-fixa-liquidez-e-fundamental>> Acesso em: 07 de nov. 2019.

APÊNDICE A. Questionário aplicado na coleta de dados junto as MPEs em 2019.

Bloco I – Administração do capital de giro

Administração do capital de giro: Um dos objetivos da administração do capital de giro é manter a estabilidade financeira de uma empresa, para que possa proporcionar continuidade na realização de suas atividades, sem que a impeça de cumprir com seus compromissos, com isso, garantindo seu crescimento. (Assaf Neto; Silva. 2002).

Indique a intensidade que a empresa **UTILIZA** e/ou **REALIZA** cada um dos procedimentos elencados abaixo, considerando “0” quando não se aplica ou não utilizar, e de 1 a 10 para a intensidade de utilização, onde o número 1 indica mínima intensidade e o número 10 indica a máxima intensidade, conforme ilustração:

Não se aplica Ou Não utiliza	Intensidade de utilização										Total de pontos
	mínima									máxima	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	10

Bloco I: Perfil do respondente

Objetivo: identificar o perfil dos gestores das MPEs:

PR1) Sexo

() Masculino () Feminino

PR2) Idade?

() até 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos

() de 51 a 60 anos () de 61 a 70 anos () acima de 70 anos

PR3) Qual sua escolaridade?

() Ensino fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo

() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto () Ensino superior completo

() Especialização incompleto () Especialização completo

PR4) Se possui graduação, indique qual (is): _____

PR5) Se possui especialização (pós graduação), indique qual (is): _____

PR6) Qual função desempenha atualmente na empresa? _____

PR7) Há quanto tempo desempenha a função atual nesta empresa?

- () Menos de 1 ano () de 2 a 3 anos () de 5 a 10 anos
() De 1 a 2 anos () de 3 a 5 anos () acima de 10 anos

Bloco II: Perfil das MPEs

Objetivo: Caracterizar as empresas participantes da pesquisa

PE1) Em que ano a empresa foi constituída? (informar apenas em números) _____

PE2) Qual o regime de tributação da empresa:

- () Simples Nacional () Lucro Presumido
() Lucro Real () Outros

PE3) Qual o faturamento médio anual da empresa?

- () até 360 mil, no ano () de 360 mil a 500 mil, no ano
() de 500 mil a 1 milhão, no ano () de 1 milhão a 2 milhões, no ano
() de 2 milhões a 3 milhões, no ano () de 3 milhões a 4,8 milhões no ano
() de 4,8 milhões a 6 milhões, no ano () de 6 milhões a 10 milhões, no ano
() Acima de 10 milhões, no ano

Bloco III: Administração do capital de giro

P1) Qual a intensidade de utilização dos instrumentos citados abaixo para registro do movimento financeiro (entradas e saídas de dinheiro)?

Instrumentos de registro	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Livro caixa (caderno, caderneta, etc)											
Planilhas em excel											
Softwares de gestão (Sistema de computador)											

P2) A administração financeira (tomada de decisões financeiras) da empresa é realizada por quem?

Responsável pelas tomadas de decisões	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Pelos proprietários											
Pelo colaborador responsável pelo financeiro, que não possui formação específica na área											
Pelo colaborador responsável pelo financeiro e que possui formação específica na área											
Se realizado por outro, por gentileza citar:											

P3) Do seu movimento financeiro, quais informações são devidamente registradas?

Movimento lançados e controlados	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Vendas (a vista e a prazo)											

Compras/Fornecedores (a vista e a prazo)											
Pagamentos (baixa) de duplicatas											
Despesas com funcionários											
Outras despesas: aluguel, energia, telefone, etc.											
Extratos bancários (tarifas, juros e empréstimos)											

P4) Quanto aos recebimentos e pagamentos, marque abaixo a frequência de utilização:

Como ocorrem os recebimentos das vendas?	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Quando o cliente atrasa o pagamento, a empresa efetua cobrança de juros, multa ou outras correções?											
Quando você atrasa o pagamento dos seus fornecedores, paga com juros, multa e correções?											

P5) Em relação a aplicação de recursos, marque abaixo a frequência de utilização

Aplicação de recursos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aplica em algum tipo de caderneta de poupança											
Faz aplicações automáticas, sempre que possui saldo positivo na conta bancária											
Aplica em renda fixa											
Não possui aplicação nenhuma											
Se utilizar outros, por gentileza citar:											

P6) Em relação a origem do capital de giro da empresa, quais as fontes utilizadas?

Fonte do capital de giro	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Só utiliza capital próprio, não faz empréstimos de bancos ou terceiros											
Só utiliza empréstimos bancários para aquisição de bens (imóveis, máquinas, veículos, reformas, etc.)											
Solicita liberação de créditos de capital de giro aos bancos, para complementar seu capital de giro											
Utiliza o opção do hot money											
Utiliza descontos de duplicatas											
Utiliza custódias de cheques											
Utiliza a opção do Vendor											
Utiliza o cheque especial											
Utiliza o rotativo											
Utiliza a conta garantida											
Utiliza antecipação das vendas no cartão de crédito											
Se utilizar outro, por gentileza citar:											

P7) Quais informações utiliza para a tomada de decisões relacionadas ao capital de giro da empresa?

Informações utilizadas	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Relatórios de vendas (a vista e a prazo)											
Relatórios de despesas (incluindo fornecedores e demais despesas) a vista e a prazo											

Relatório de apuração do lucro (resultado) do período											
Relatório do Fluxo de caixa atual (entradas x saídas)											
Fluxo de caixa projetado (contas a receber x contas a pagar)											
Se utilizar outro, por gentileza citar:											

P8) Quais as estratégias utilizadas pela empresa, para a gestão do capital de giro?

Estratégias para administração do capital	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Planejamento financeiro											
Planejamento orçamentário											
Controle do fluxo de caixa presente (recebimentos x pagamentos)											
Elaboração de fluxo de caixa projetado (projeção de contas a receber x contas a pagar)											
Se utilizar outro, por gentileza citar:											

P9) Por quais problemas, entre os citados abaixo, a empresa já passou, no decorrer da gestão financeira da empresa?

Problemas financeiros enfrentados	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Falta de recursos financeiros para as despesas correntes, precisando atrasar e pagar juros											
Dificuldade em conseguir captar recursos (empréstimos) junto as instituições financeiras											
Falta de controle interno, devido ao não lançamento/controle das contas a pagar e a receber, por parte dos colaboradores											
Dificuldade no controle interno, devido a falta de informações por parte dos proprietários											
Dificuldades por falta de um planejamento financeiro adequado											
Se tiver ocorrido outro (s), por gentileza citar:											

Se desejar receber os resultados desta pesquisa, por gentileza, informe o e-mail para enviarmos:

ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE REVENDA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

ALVES, Lisiane Láira Rodrigues¹; CUNHA, Lara de Almeida¹; BRITO, Adriely Camparoto³

¹Estudante do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. ³Professora orientadora Ma. do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

As micro e pequenas empresas foram consideradas uma das maiores geradoras de renda do país. Já o comportamento das micro e pequenas empresa agropecuárias vêm se destacando atualmente por serem responsáveis em suprir as necessidades socioeconômicos do país. Uma boa administração do capital de giro dentro dessas micro e pequenas empresas, são fundamentais para manter a saúde financeira da entidade. O objetivo desse estudo consistiu em identificar as principais modalidades utilizadas para captação de recursos destinados ao capital de giro, e a sua administração em micro e pequenas empresas que atuam na revenda de insumos do agronegócio. Essa pesquisa se classifica em descritiva com abordagem quantitativa, sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento. A coleta de dados foi realizada com a aplicação de questionário destinado aos responsáveis pela gestão financeira das empresas. Foi obtido um retorno de 14 casos válidos os quais foram tratados com o uso da estatística descritiva e correlação de *Spearman*. Os resultados inferem que as principais modalidades utilizadas pelas MPEs agropecuárias e a utilização de capital próprio sem recorrer a empréstimos ou financiamento, ou antecipação de vendas realizadas com o cartão de crédito. Os resultados buscam uma administração moderada dos recursos dessas empresas, e a importância do planejamento financeiro, para que se mantenham no mercado. A maior limitação encontrada nessa pesquisa está relacionada as baixas quantidades de respostas, portanto, os resultados deste estudo só devem ser tratados como indicativos das empresas respondentes.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e Pequenas Empresas. Capital de giro. Agropecuária. Levantamento.